

política

Perda de urnas nas cheias não deve prejudicar eleição

Avaliação integra relatório divulgado pelo TRE gaúcho após enchente

/ CLIMA

João Pedro Flores

joao.santos@jrcs.com.br

Em relatório divulgado ontem, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) apresentou um balanço dos danos causados pelas enchentes à Justiça Eleitoral do Estado. Onze prédios do órgão foram alagados – alguns, inclusive, seguem inacessíveis – e, entre outros tipos de bens, pelo menos 504 urnas eletrônicas foram atingidas pela água.

O número é referente ao que foi contabilizado em somente três cartórios, nas cidades de Arroio do Meio, São Sebastião do Caí e São Jerônimo. No relatório, o TRE ressalta que “não foi possível o acesso a diversas dependências atingidas pelo evento climático, em especial o depósito central em Porto Alegre, razão pela qual ainda se aguarda a contagem dos equipamentos danificados para ser possível lançar prognóstico sobre o impacto da enchente na



FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Pelo menos 504 equipamentos eletrônicos foram atingidos pela água

eleição sob esse aspecto”.

O espaço na Capital acomoda mais de 13 mil urnas eletrônicas e foi totalmente inundado. O TRE estima que de 5 mil a 8 mil foram alcançadas pela água, mas aponta que mais da metade dos dispositivos armazenados no local não seria utilizada nas votações deste ano, justificando que “não haveria risco muito alto de prejuízo à eleição”.

No entanto, o órgão citou que “a perda do depósito inviabiliza

importantes atividades de manutenção, certificação e mesmo preparação das urnas eletrônicas, sendo necessário viabilizar novo espaço, além de adquirir ou alugar equipamentos para movimentar as urnas que serão aproveitadas na eleição”. As enchentes afetaram os processos logísticos de forma geral: dependências que abrigavam veículos e equipamentos foram comprometidas, e alguns sistemas e serviços operaram em contingência.

Capital terá cancelamento do IPTU por dois meses

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O prefeito Sebastião Melo (MDB) anunciou uma série de medidas em resposta à calamidade das enchentes em Porto Alegre. Elas fazem alterações em cobranças de tributos e ampliam programa de habitação na capital gaúcha.

Uma das medidas é o cancelamento do IPTU por dois meses nas áreas atingidas pelas cheias. O cancelamento das guias de maio e junho beneficiará moradores do Sarandi, Anchieta, Humaitá, Farrapos, São Geraldo, Navegantes, São João, Floresta, Centro Histórico, Praia de Belas, Menino Deus, Cidade Baixa, Vila Assunção, Cristal, Lami, Serraria, Arquipélago e Ponta Grossa.

Esses bairros também terão postergação do Imposto Sobre Serviço (ISS) por dois meses. O vencimento das guias de maio, junho e julho serão prorrogados para julho, agosto e setembro, com o objetivo de que as empresas possam se reestruturar financeiramente nesse período. A medida deve beneficiar

até 28 mil empresas.

O Recupera POA estará de volta, um programa de refinanciamento de dívidas relacionadas a impostos municipais. Haverá 95% de desconto para pessoas com dívidas ativas com a prefeitura e pagamento exclusivamente à vista.

A prefeitura também fará uma solicitação para instituições financeiras com quem mantém empréstimos para suspensão de dois anos no pagamento dos débitos. A iniciativa geraria um impacto de R\$ 550 milhões no caixa do Paço Municipal durante esse período.

Até o momento, o Executivo já aplicou R\$ 240 milhões em recursos próprios no enfrentamento da crise, dos quais R\$ 117 milhões estão em execução e R\$ 123 milhões estão liberados para serem aplicados.

Outra medida da área econômica é a desvinculação dos fundos municipais, que atualmente possuem um saldo de R\$ 100 milhões em diferentes contas. Esses fundos garantem recursos mínimos para serem aplicados em áreas diversas e Melo busca reverter esses valo-

res para medidas de enfrentamento à enchente.

Na área da habitação, o programa Estadia Solidária teve ampliação de valor de R\$ 700,00 para R\$ 1 mil e no prazo de seis para 12 meses. O programa permite o aporte de recursos para famílias que estão morando provisoriamente com familiares, amigos ou vizinhos.

No programa Compra Compartilhada, haverá ampliação na faixa de renda das famílias contempladas de R\$ 4 mil para R\$ 8 mil, além de flexibilização para quem já participou do programa mas acabou perdendo seu imóvel. Esse instrumento prevê um auxílio para aquisição de moradias, com um subsídio da prefeitura de R\$ 15 mil até R\$ 235 mil.

Outro programa flexibilizado é o Bônus Moradia, com bônus de R\$ 127 mil para aquisição de casa própria para quem já se beneficiou de programas habitacionais. Esse instrumento concede autonomia de escolha de um novo imóvel para quem tenha perdido sua moradia durante a calamidade.

‘Mentiras’ e ‘politização’, diz Melo ao rebater denúncias sobre enchente

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo (MDB), partiu para o ataque após ser acusado de negligência em relação a um relatório de engenheiros do Departamento Municipal de Água Esgotos (Dmae) que teriam alertado sobre obras necessárias para a preservação das ETAS em caso de elevação do Guaíba.

Relatórios de 2018 e 2023 emitidos por engenheiros apontavam problemas estruturais passíveis de manutenção nas Estações de Bombeamento de Água Pluvial (Ebaps) 13, 17, 18 e 20 – justamente algumas das que apresentaram falhas durante a enchente que atingiu a capital gaúcha após as fortes chuvas no Rio Grande do Sul. Os documentos indicavam perigo de inundação de áreas centrais de Porto Alegre caso as questões não fossem corrigidas e o nível do Guaíba eventualmente se elevasse.

Os documentos solicitavam à prefeitura reformas estruturais após fortes chuvas ocorridas em 2023, quando o nível do Guaíba ultrapassou os 4,30 metros, e, segundo o relatório dos engenheiros, expôs necessidade de obras de manutenção nas estações.

O prefeito tratou do tema na entrevista coletiva cujo foco principal seria a divulgação de novas ações da prefeitura em resposta à calamidade das inundações. Melo afirma que o relatório contém mentiras disseminadas por pessoas de esquerda. “Algumas pessoas muito conhecidas dos gaúchos tentam montar uma narrativa mentirosa sobre a questão das enchentes em Porto Alegre. Quero dizer que essas pessoas governaram a cidade durante 16 anos, porque esse sistema de proteção vem de 1968, 1969. Sou o 13º prefeito de lá para cá. Não vou politizar esse debate. Não é com ideologia que vou resolver enchente”, afirmou Melo, antes de começar a abordar os anúncios.

Ele voltaria a se manifestar sobre o tema após ser questionado

pela imprensa. “O engenheiro que fez essa denúncia é do PT e foi diretor do (extinto) Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) e nada fez. Eles (PT) governaram a cidade por 16 anos (1989-2004) e quero saber quais mudanças que eles fizeram na concepção desse processo. Ele (engenheiro do Dmae) abriu um processo, ficou dois, três anos, não fez nada e depois da chuvarada esse processo apareceu”, rebateu o prefeito.

Independentemente da solidez da denúncia e das hipotéticas irregularidades nas estações, Melo afirma categoricamente que não foi isso que causou inundações na Capital. “Vocês acham realmente que o problema das enchentes em Porto Alegre foram duas casas de bomba? Será que as pessoas não se dão conta que choveu milhões de metros cúbicos no RS, e Porto Alegre está no meio dos quatro rios, que são Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí? Para mim, é uma narrativa irresponsável que eu não vou permitir”, enfatizou o emedebista.

Diretor-geral do Dmae, Maurício Loss também aponta para a complexidade das obras demandadas nos documentos. “Não é uma simples elevação de parede, como um deputado menciona em um vídeo, que, até onde sei, não é engenheiro civil. É um projeto robusto. Tudo que se menciona ali é algo que tem que se fazer um projeto. Não é uma simples sentada de tijolo que vai resolver o problema”, disse, fazendo referência ao deputado estadual Matheus Gomes (PSOL), quem divulgou o relatório.

Loss também afirmou que Melo não teve acesso aos documentos. “Esse processo havia sido encerrado no então DEP e de lá para cá nunca havia sido sequer mencionado ou aberto esse processo. Esse processo não passou nem por mim e nem pelo prefeito”, declarou o diretor-geral do Dmae.

O deputado Matheus Gomes informou que hoje, às 11h, realizará a entrega da denúncia dos documentos do Dmae ao Ministério Público.



CESAR LOPES / PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Sebastião Melo fez balanço das ações no enfrentamento das cheias